



PROCESSO N.º 004/96

PROJETO N.º 004/96

DE LEI

INTERESSADO PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

ASSUNTO : DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 1.241
DE 20 DE FEVEREIRO DE 1995



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"
ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI Nº 004/96

(Dispõe sobre revogação da Lei Municipal nº 1.241, de 20 de fevereiro de 1995)

JOÃO CARLOS CARAMEZ, Prefeito do Município de Itapevi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica revogada, em inteiro teor, a Lei Municipal nº 1.241, de 20 de fevereiro de 1995, que estabeleceu critérios para desdobro e fracionamento de lotes em loteamentos existentes na data de promulgação da Lei Municipal nº 1.205, de 18 de julho de 1994.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapevi, 12 de fevereiro de 1996

JOÃO CARLOS CARAMEZ
Prefeito

APROVADO em 2ª Discussão
Sala das sessões 13 / 02 / 1996
Presidente

RECEBEMOS
12 / 02 / 96
Jordana
SECRETARIA



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"
ESTADO DE SÃO PAULO

MENSAGEM Nº 004/96

Itapevi, 12 de fevereiro de 1996

Senhor Presidente,

Valho-me da presente para encaminhar a Vossa Excelência, para que seja submetido à elevada apreciação dessa Egrégia Câmara, o incluso Projeto de Lei, que dispõe sobre a revogação da Lei Municipal nº 1.241, de 20 de fevereiro de 1995.

Justifica a propositura a necessidade de fornecer condições de trabalho à Comissão Especial de Regularização de Parcelamentos Ilegais de Solo - CERPI, visto que modificações constantes na situação de fato existente, permitidas pela legislação vigente, prejudicam o andamento normal dos procedimentos levados a efeito para buscar a regularização, sem atender, todavia, o objetivo, já que, se realizadas em loteamentos implantados de forma ilegal, não são passíveis de regularização registrária.

Tem-se, portanto, que os desdobros e fracionamentos realizados em conformidade com as disposições da Lei Municipal em tela estão viabilizando, tão somente, o cadastramento para fins de lançamento do IPTU. Não é este, todavia, o entendimento das pessoas que buscam a realização da medida autorizada, já que esperam, por intermédio do processamento levado a efeito, também a possibilidade de regularização junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

A rigor, o critério a ser utilizado para realização de desdobros e fracionamentos de lotes está estabelecido na Lei Municipal nº 1.205, de 18 de julho de 1994, sendo desnecessária, portanto, a permanência em vigor da Lei Municipal nº 1.242, de 20 de fevereiro de 1995.

Impende esclarecer, todavia, que o Executivo Municipal pretende, doravante, dar prioridade aos procedimentos de regularização de loteamentos, medida que beneficiará, de fato e de direito, aos proprietários dos referidos imóveis.

Trata-se, portanto, de medida de real necessidade, a ser adotada em sentido de urgência, motivo porque solicito seja a apreciação realizada no menor espaço de tempo possível, conforme prerrogativa conferida pelo disposto no art. 35 da Lei Orgânica do Município.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"
ESTADO DE SÃO PAULO

Sendo o que se apresenta, subscrevo-me, renovando, na oportunidade, a Vossa Excelência e Ilustres Pares, meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,

JOÃO CARLOS CARAMÉZ
Prefeito

Excelentíssimo Senhor
JADIR FRANCISCO DE SOUZA
MD. Presidente da Câmara Municipal de
Itapevi-SP.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES DE Nº 001 E 002

PROJETO DE LEI nº 004/96

Senhor Presidente:-

Quanto a legalidade nada a opor.

Quanto ao mérito a propositura visa revogar a Lei Municipal nº 1241 de 20/02/95, que estabeleceu criterios para desdobro e fracionamento de lotes em loteamentos do Município. Esse critério já é adotado pela Lei nº 1205 de 18/07/94.

Dessa forma não há motivo da permanencia em vigor da Lei nº 1241 que deve ser revogada.

É o parecer.

Sala das Comissões 13 de fevereiro de 1.996

COMISSÃO Nº 01

VALTER FRANCISCO ANTONIO

JOÃO FERREIRA DO MONTE

NORMA LÚCIA R. DE SOUZA

ANTÔNIO DE SOUSA FARIAS

BENEDITO VAL FERREIRA

COMISSÃO Nº 02

LAERTE CASAGRANDE

MARIA RUTH BANHOLZER

HERMOGENEZ J. SANT'ANNA

VITAL PONCIANO DOS REIS

JOSE FRANCISCO DE OLIVEIRA



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES DE Nº 001 E 002

PROJETO DE LEI nº 004/96

Senhor Presidente:-

Quanto a legalidade nada a opor.

Quanto ao mérito a propositura visa revogar a Lei Municipal nº 1241 de 20/02/95, que estabeleceu criterios para desdobro e fracionamento de lotes em loteamentos do Município. Esse critério já é adotado pela Lei nº 1205 de 18/07/94.

Dessa forma não há motivo da permanencia em vigor da Lei nº 1241 que deve ser revogada.

É o parecer.

Sala das Comissões 13 de fevereiro de 1.996

COMISSÃO Nº 01

VALTER FRANCISCO ANTONIO

JOÃO FERREIRA DO MONTE

NORMA LÚCIA R. DE SOUZA

ANTONIO DE SOUSA FARIAS

BENEDITO VAZ FERREIRA

COMISSÃO Nº 02

LAERTE CASAGRANDE

MARIA RUTH BANHOLZER

HERMOGENEZ J. SANT'ANNA

VITAL PÔNCIANO DOS REIS

JOSE FRANCISCO DE OLIVEIRA



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

AUTÓGRAFO Nº 04/96

(Projeto de Lei nº 04/96 - DO EXECUTIVO)

A Câmara Municipal de Itapevi, usando das atribuições que lhe são conferidas, Aprova a seguinte Lei:


"Dispõe sobre revogação da Lei Municipal nº 1.241, de 20 de fevereiro de 1995"

Art. 1º - Fica revogada, em inteiro teor, a Lei Municipal nº 1.241, de 20 de fevereiro de 1995, que estabeleceu critérios para desdobro e fracionamento de lotes em loteamentos existentes na data de promulgação da Lei Municipal nº 1.205, de 18 de julho de 1994.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores do Município de Itapevi, 14 de fevereiro de 1.996.


JADIR FRANCISCO DE SOUZA
Presidente


JOSÉ FRANCISCO DE OLIVEIRA
2º Secretário - em exercício



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"
ESTADO DE SÃO PAULO

Proc. 004/96
Proj. Lei 004/96
OK!

LEI Nº 1.299, DE 15 DE FEVEREIRO DE 1996

(Dispõe sobre revogação da Lei Municipal nº 1.241, de 20 de fevereiro de 1995)

JOÃO CARLOS CARAMEZ, Prefeito do Município de Itapevi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica revogada, em inteiro teor, a Lei Municipal nº 1.241, de 20 de fevereiro de 1995, que estabeleceu critérios para desdobro e fracionamento de lotes em loteamentos existentes na data de promulgação da Lei Municipal nº 1.205, de 18 de julho de 1994.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapevi, 15 de fevereiro de 1996

JOÃO CARLOS CARAMEZ
Prefeito

Publicada, por afixação, no lugar de costume e registrada em livro próprio, na Prefeitura do Município de Itapevi, em 15 de fevereiro de 1996.

MARIANA VICENTE RODRIGUES RANGEL
Secretária de Apoio Administrativo